

Ashjan Sadique Adi
Fábio Bacila Sahd
(Orgs.)

ORIENTE MÉDIO E PALESTINA PESQUISADOS A
PARTIR DO BRASIL: REFLEXÕES ACADÊMICAS,
MARGINAIS E CRÍTICAS

1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações

2020



NAVEGANDO

MOVIMENTO POLÍTICO ÁRABE PALESTINO SOB CONTROLE BRITÂNICO: ENTRE A MEDIAÇÃO E O CONFRONTO (1917-1937)*¹

*Luiz Salgado Neto*²

Introdução

Em geral, as análises sobre o movimento político árabe palestino que atuou durante o período do controle britânico (1917-1948) centram suas atenções em apenas um personagem: Hajj Mohammed Amin al-Husseini, amplamente conhecido como o Mufti de Jerusalém. Graças à proeminência que adquiriu ao longo de sua trajetória política, o Mufti é apresentado, em muitas avaliações, como o único líder político árabe palestino no período e como a personificação da política palestina durante o Mandato Britânico.

Hajj Amin tornou-se uma figura extremamente malvista devido à sua proximidade com Adolf Hitler durante a Segunda Guerra Mundial. A proximidade entre o Mufti e o *Führer*, selada após um encontro ocorrido entre ambos em Berlim no ano de 1941, tem gerado desde então a produção de uma enorme quantidade de textos, documentários, imagens e páginas na Internet³ que demonizam Hajj Amin

* DOI - 10.29388/978-65-81417-18-5-0-f.109-150

¹ Este capítulo tem como base tese de doutorado defendida em março de 2017 no Programa de História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGHC/UFRJ, sob orientação do Prof. Dr. Alexander Zhebit.

² Doutor em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF.

³ Uma busca rápida na Internet com os termos “Mufti de Jerusalém”, “Hajj Amin al-Husseini”, “Hajj Amin al-Husayni” ou “Mufti of Jerusalem” apresenta resultados que demonstram a associação amplamente estabelecida entre o Mufti e Hitler. Como a maioria do público não especializado recorre às buscas na Internet, a associação entre ambos tornou-se lugar comum.

e, não raro, desqualificam o movimento político árabe palestino que atuou antes da fundação do Estado de Israel⁴.

O que escapa a análises baseadas nessa interpretação é a pluralidade de atores políticos na Palestina nesse período. Diferentes líderes, variadas organizações políticas e associações civis diversas tornam o quadro muito mais complexo ao observador atento. Nesse sentido, para compreender o movimento político árabe palestino sob controle britânico, é necessário enxergar o panorama mais amplo e superar a visão de que o Mufti de Jerusalém era o principal ou único líder palestino a lutar contra o movimento sionista.

Por outro lado, ainda que a pluralidade seja uma das principais marcas do movimento político palestino no período, podemos identificar claramente dois diferentes padrões de atuação: 1) a luta contra o movimento sionista sem romper os contatos com as autoridades britânicas; e 2) o combate ao controle britânico em primeiro lugar, no entendimento de que o movimento sionista seria vencido uma vez terminada a dominação da Grã-Bretanha sobre a Palestina. Esses padrões de atuação eram adotados por dois segmentos políticos que se pautavam por preceitos advindos de duas culturas políticas diferentes: os notáveis e os ativistas.

Para efetuar a análise de ambos os segmentos políticos, a metodologia comparada foi uma ferramenta fundamental. Ao confrontar as práticas de notáveis e ativistas, foi possível identificar dois padrões de comportamento político bem discerníveis. Como bem destaca José D'Assunção Barros, a comparação é um método que permite que conheçamos fenômenos históricos que não conseguiríamos obter com outro procedimento. A comparação se faz, em suas palavras, por uma “iluminação recíproca”, ou seja, por meio de um método

⁴ A bibliografia que aborda o tema por essa via é vasta. Um dos livros que mais representa essa interpretação é a obra de David Dalin e John Rothman, que tem o título sugestivo de “ícone do mal” (DALIN e ROTHMAN, 2008).

[...] que se dispõe a confrontar dois objetos ou realidades ainda não conhecidos, de modo a que os traços fundamentais de um ponham em relevo os aspectos do outro, dando a perceber as ausências de elementos em um e outro, e as variações de intensidade relativas à mútua presença de algum elemento comum (BARROS, 2007, p. 10).

O corpus documental principal da pesquisa é composto de documentos de origem britânica e documentos produzidos pelos líderes árabes palestinos.

Quanto à documentação britânica, foram analisados relatórios, correspondências, despachos, análises de situação e atas de reunião do gabinete de governo da Grã-Bretanha. O acesso a essa documentação foi proporcionado pelo Arquivo Nacional do Reino Unido – por meio do sítio institucional (<http://www.nationalarchives.gov.uk>) e por documentos digitalizados e enviados em mídia digital (*Compact Disc - CD*); e pelo Arquivo do Estado de Israel, por meio de documentação disponibilizada na sede da Instituição, em Jerusalém, e pelo sítio oficial (<http://www.archives.gov.il>).

Também foram analisados documentos produzidos pela Grã-Bretanha e enviados à Liga das Nações. Essa documentação é disponibilizada na Internet pelo Sistema de Informações das Nações Unidas sobre a Questão da Palestina (*United Nations Information System on the Question of Palestine - UNISPAL*), através do sítio <<http://unispal.un.org>>. São relatórios anuais prestados pela Grã-Bretanha à Liga das Nações e depoimentos de oficiais britânicos perante a Comissão Permanente de Mandatos da Liga.

Quanto à documentação produzida pelos árabes palestinos, foram analisadas as expressões públicas emitidas pelos mais destacados líderes e organizações em sua luta contra o movimento sionista. São declarações, manifestos, pronunciamentos oficiais, panfletos, programas de partidos políticos, resoluções de congressos políticos, correspondências entre líderes e memorandos enviados às autoridades britânicas.

O acesso a essa documentação foi possibilitado pela publicação de quatro obras que compilaram acervos ligados a personagens e a organizações árabes palestinas: a obra “Documentos do Movimento Nacional Palestino (1918-1939): dos arquivos de Akram Zuaitir” (ZUAITIR, 1984); “Documentos da Resistência Árabe Palestina contra a Ocupação Britânica e contra o Sionismo”, compilados pelo historiador Abdel Wahhab Al-Kayyali (KAYYALI, 1988); e “Movimento Nacional Palestino, 1935-1939: Diários de Akram Zuaitir” (ZUAITIR, 1992). As três obras foram editadas pelo *Institute of Palestine Studies*. Também foram analisados documentos contidos na obra *Documents on Palestine, volume I (until 1947)*, editada por Mahdi Abdul Hadi e publicada pela PASSIA – *Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs* (HADI, 2007).

Analisando esse corpus documental por meio da metodologia comparada, foi possível apreender as táticas⁵ adotadas por notáveis e ativistas na sua luta contra o movimento sionista sob controle britânico. Do mesmo modo, a análise comparativa permitiu compreender as razões para a mudança no padrão de atuação política dos árabes palestinos, entre a ocupação britânica, em 1917, e o ápice da convulsão política, em 1937.

A Palestina sob controle britânico

Os britânicos controlaram politicamente a Palestina entre 1917 e 1948. Até a Primeira Guerra Mundial, a região era parte do Império

⁵ O conceito de “tática” aqui trabalhado advém das reflexões de Michel de Certeau, que define tática como um modo de agir em uma ordem imposta. A tática, segundo ele, é uma “maneira de fazer” em que um grupo mais fraco faz uso das circunstâncias criadas por um ator mais poderoso, justamente para se contrapor a esse ator mais forte. Diferentemente de “estratégia”, que é a maneira de agir de um ator poderoso e que pressupõe um cálculo objetivo de relações de força, a tática é uma ação incessante, na qual “o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas”, cujo sucesso ocorre em “momentos oportunos onde combina elementos heterogêneos” com o objetivo de “aproveitar a ‘ocasião’” (CERTEAU, 1998, p. 47).

Otomano e o controle político era exercido pelo centro imperial em Istambul, embora houvesse um grau considerável de autonomia local. Durante a guerra, a Grã-Bretanha e o Império Otomano estiveram em lados opostos e, em meio aos combates contra os otomanos, tropas britânicas comandadas pelo General Edmund Allenby avançaram pela Palestina durante o ano de 1917, em uma campanha que terminou com a retirada completa das forças otomanas em 1918.

A Palestina tornou-se um território ocupado e administrado por uma autoridade militar, permanecendo nessa condição até julho de 1920, quando foi estabelecida uma Administração Civil, tendo como autoridade máxima um oficial britânico no posto de Alto Comissário. O controle britânico efetivo recebeu a chancela internacional em 1922, quando a Liga das Nações concedeu à Grã-Bretanha um Mandato sobre a Palestina. O Mandato entrou em vigor em setembro de 1923 e se extinguiu em 15 de maio de 1948, quando os britânicos se retiraram completa e definitivamente da Palestina, e quando foi declarada a fundação do Estado de Israel.

Como potência mandatária, a Grã-Bretanha tornou-se oficialmente responsável pela administração da Palestina perante a comunidade internacional. O Mandato oficializou o poder militar e político exercido de fato pela Grã-Bretanha, conferindo aos britânicos o controle completo sobre a Palestina, em suas esferas legislativa, executiva e judiciária.

O Mandato constituiu-se como o efetivo governo do território, composto de um conjunto de instituições, regras políticas e uma base jurídica. O governo instaurado pela Grã-Bretanha era responsável por manter a lei e a ordem, arrecadar impostos, defender o território contra agressões externas, administrar a justiça, empreender projetos de desenvolvimento, combater doenças, fomentar e desenvolver a agricultura, estimular a educação e proteger o patrimônio histórico e religioso da Palestina (LEAGUE OF NATIONS, 1922a).

Portanto, a partir de 1917, uma nova realidade política foi estabelecida na Palestina. O Império Otomano, que governara o território desde 1516, foi suplantado por uma nova potência imperial. A implantação do domínio de um novo império deu origem a novos métodos de administração e a novas técnicas de controle. Com isso, após a guerra, os árabes palestinos se viram em uma nova condição político-administrativa e tiveram de lidar com o desafio político apresentado por uma nova potência imperial.

Contudo, a essa altura, os árabes palestinos já tinham de lidar com outro desafio: o movimento sionista. Surgido em meados do século XIX como uma ideia difusa de retorno a Sião (nome bíblico para Jerusalém), o movimento sionista floresceu sob a liderança do jornalista húngaro Theodor Herzl. Além de escrever uma obra fundamental do pensamento sionista, o livro *Der Judenstaat* (o Estado dos judeus), Herzl articulou e organizou o Primeiro Congresso Sionista. Realizado na cidade suíça da Basileia, em 1897, o evento oficializou o movimento e estabeleceu como meta a criação de um “lar nacional” para os judeus na Palestina (LAQUEUR, 1972, p. 84-86, p.103-108).

O sionismo foi uma das respostas às transformações que acometeram as comunidades judaicas europeias ao longo do século XIX. Por um lado, foi uma das respostas dos judeus europeus à onda de perseguições que tomou corpo a partir de meados do século XIX, quando emergiu um antissemitismo de caráter diferente do que predominava até então. Antes caracterizado por um preconceito cultural e religioso, o antissemitismo desse período passou a atacar os judeus sob o aspecto racial e nacional. Por outro lado, o sionismo significou para alguns um retorno ao judaísmo, em um momento em que os judeus se afastavam da religião judaica e construam novas formas de identificação coletiva (HOBSBAWM, 1990, p. 131-132; LAQUEUR, 1972, p. 15-18).

O movimento sionista se guiou por uma visão de renascimento nacional judaico na “Terra de Israel” e seu projeto era erigir uma nova

sociedade na Palestina, formada por uma maioria judaica, tendo como pilares a imigração em massa de judeus e a aquisição de terras. Embora fosse um movimento com diferenças internas, o projeto sionista tinha como pressuposto a colonização de uma terra considerada atrasada por grupos que se viam como modernos e civilizadores. Para isso, em diversas ocasiões, os líderes sionistas se articularam com representantes de potências europeias em busca de respaldo internacional e de apoio político⁶.

A princípio, a Palestina não era a única opção para os sionistas. Herzl chegou a aventar a Argentina e solicitou apoio britânico para implantação de uma área para assentamento judaico na península do Sinai ou no Chipre. No início do século XX, surgiu um projeto de implantação do lar nacional em uma porção de território no Leste da África, plano que ficou conhecido como “Proposta de Uganda”. Esse plano, proposto pelo governo britânico, foi derrotado no Congresso Sionista de 1903 por uma maioria que não abria mão de se estabelecer na Palestina (FROMKIN, 2001, p. 273-274).

Na verdade, apesar de planos alternativos, a resolução do Congresso de 1897, conhecida como “Programa da Basileia”, era bem clara quanto à Palestina. O documento afirmava que o objetivo do sionismo era “criar para o povo judeu um lar na Palestina assegurado por lei pública” e, além disso, delineava os meios para a concretização desse objetivo: a promoção da colonização da Palestina por agricultores e trabalhadores judeus; a criação de instituições locais e internacionais para unir todos os judeus; o estímulo e o fortalecimento “do sentimento e da consciência nacional judaica” e passos para obter o consentimento

⁶ Além de um movimento de cunho político, a partir de 1882 iniciaram-se ondas de migração judaica para a Palestina, que permaneceram constantes à medida que as perseguições na Europa se intensificavam. Muitos imigrantes judeus que chegavam à Palestina nos primeiros anos do século XX não aderiram plenamente ao sionismo apregoado por Herzl. Um grande contingente judaico que chegava à Palestina estava comprometido com sua visão de erigir colônias e viver livre de perseguições. Cada onda de migração de judeus para a Palestina é chamada *Aliyá* (“subida” – Jerusalém está localizada em um planalto, mas a palavra também tem significado espiritual).

governamental para o objetivo do sionismo (HADI, 2007, p. 9). Com esses objetivos declarados, o projeto sionista se constituiu como uma ameaça política e existencial aos árabes da Palestina.

A ameaça do projeto sionista se tornou mais grave para os árabes palestinos devido à relação dos líderes do movimento com a Grã-Bretanha. Após diversos contatos entre oficiais britânicos e representantes sionistas, o Secretário de Estado para Assuntos Exteriores da Grã-Bretanha, Lorde Arthur Balfour, enviou uma carta à Organização Sionista Mundial, em 2 de novembro de 1917, na qual afirmava que o governo britânico apoiava a criação de um “lar nacional para o povo judeu” [*national home for the Jewish people*] na Palestina (SMITH, 2007, p. 103). O documento ficou conhecido como “Declaração Balfour” e se tornou um marco político na história da Palestina, louvado pelos sionistas e execrado pelos árabes.

O movimento sionista conseguiu sua mais expressiva vitória quando a Declaração Balfour foi inserida no estatuto que regia o Mandato da Palestina⁷. Assim, o que era, inicialmente, uma carta de intenções por parte da Grã-Bretanha, tornou-se uma obrigação internacional legitimada pela Liga das Nações. A incorporação da Declaração Balfour ao regime instaurado com o Mandato fez com que a Grã-Bretanha ficasse comprometida a concretizar o projeto de criar um lar nacional para os judeus na Palestina.

Desde então, o desafio para os árabes palestinos foi lutar contra o movimento sionista levando em consideração que ele possuía o aval da autoridade responsável por governar o território. Desse modo, os árabes palestinos possuíam diante de si um desafio duplo: lutar contra

⁷ O Mandato da Palestina era regido por um documento, ao qual me refiro como “Estatuto do Mandato”, que institucionalizou o Mandato da Palestina e que estabeleceu as regras jurídicas da entidade político-administrativa controlada pela Grã-Bretanha. Quando me refiro ao “Mandato da Palestina” estou indicando o *governo* da Palestina, isto é, o sistema político, administrativo e jurídico como um todo. Quando menciono o “Estatuto do Mandato”, estou me referindo exclusivamente ao documento.

um movimento político antagônico e criar modos de agir em meio a uma nova estrutura institucional criada para administrar a Palestina.

A resposta inicial dos árabes palestinos: a política dos notáveis

A atuação dos árabes palestinos não seguia uma voz unívoca. Na verdade, as interpretações baseadas na liderança única do Mufti ignoram o fato de que a população árabe que habitava a Palestina nesse período era caracterizada pela sua multiplicidade, com interesses, valores e crenças variadas. A sociedade árabe palestina vinha se complexificando desde as últimas décadas do século XIX, quando se iniciou um rápido processo de urbanização e de transformação econômica, política e administrativa no interior do Império Otomano. Isso ocorreu tanto por meio de processos de modernização empreendidos pelo centro imperial em Istambul, quanto devido à maior penetração capitalista europeia, fenômeno que ocorria em várias partes do Oriente Médio. Diante disso, emergiram na Palestina, clivagens sociais e políticas diversas, o que, por sua vez, gerou diferentes respostas aos desafios do movimento sionista e às técnicas de controle britânico.

Quando os britânicos assumiram o controle político da Palestina, encontraram uma configuração político-social estabelecida e buscaram manter certas práticas de administração adotadas pelos otomanos. Em geral, a política entre Istambul e as províncias árabes ocorria por meio de uma política denominada por Albert Hourani de “política dos notáveis” (HOURANI, 1993, p. 83-109), uma relação estabelecida durante gerações entre autoridades imperiais otomanas e líderes locais, os chamados “notáveis urbanos”.

Os notáveis eram uma elite urbana que adquiriu influência e poder político no interior do Império Otomano no século XVIII, mas principalmente em meados do século XIX. Eram indivíduos proeminentes devido à sua posição religiosa, militar ou administrativa no im-

pério e eram membros de famílias importantes e tradicionais. Os líderes notáveis desfrutavam de legitimidade política e social entre as populações urbanas e rurais, ao mesmo tempo em que eram reconhecidos pelas autoridades imperiais como os representantes das comunidades em que viviam. Dessa forma, os notáveis desempenhavam o papel de mediadores entre o centro imperial e a população local.

Diante disso, ao longo de gerações, os notáveis se constituíram enquanto camada sociopolítica mantendo uma estreita ligação com o centro imperial otomano. Isso deu origem a uma cultura política impregnada de elementos de adesão à ordem imperial, de práticas políticas de contato com autoridades, de formas de mobilização que não previam o rompimento com a ordem institucional e de zelo pela sua autonomia, sua influência e seu poder locais. Com isso, as respostas dos notáveis árabes palestinos ao movimento sionista devem ser compreendidas como parte de um repertório de práticas acumuladas na longa duração e que se enraizaram enquanto cultura política (HUGHES, 2011, p. 511; KHOURY, 1991, p. 1374-1375).

Sob Mandato Britânico, os notáveis palestinos se enquadraram no que Ronald Robinson (1976) conceituou “elites mediadoras” no contexto do imperialismo europeu dos séculos XIX e XX. Para Robinson, o imperialismo europeu não teria tamanha eficácia sem a mediação de elites locais. Ele argumenta que somente a cooperação entre as elites mediadoras e o centro imperial pode tornar compreensível o fato de poucos agentes serem capazes de manter milhares de pessoas em um regime de controle externo. Sem o apoio de líderes políticos das áreas dominadas, a tarefa de controlar os territórios colonizados seria muito mais dispendiosa, do ponto de vista econômico e político. Com isso, as autoridades imperiais buscavam estabelecer um diálogo com os líderes da sociedade local, garantindo um controle externo que se fazia menos pelo poder militar do que pelo consentimento. Na Palestina, esses líderes locais eram os notáveis urbanos.

Inicialmente, os notáveis demonstraram considerar que o controle britânico não mudaria radicalmente a situação existente antes da guerra. Eles buscaram se inserir na máquina governamental estabelecida pela Grã-Bretanha, da mesma forma que estiveram integrados à administração otomana. Os britânicos, por sua vez, ao encontrarem uma estrutura de relações políticas e sociais em funcionamento, buscaram usá-la em seu benefício (KAYYALI, 1978, p. 25; KIMMERLING; MIGDAL, 2003, p. 31).

A ligação entre a Grã-Bretanha e o movimento sionista inseriu um elemento de desequilíbrio na relação entre líderes locais e autoridades imperiais. No entanto, a atuação do movimento sionista na Palestina reforçou a necessidade da proximidade entre notáveis e oficiais britânicos. O projeto de criar um lar nacional para os judeus na Palestina era apoiado oficialmente pela Grã-Bretanha e combatido com veemência pela maioria esmagadora da população árabe da Palestina. Com isso, do ponto de vista das autoridades mandatárias, os notáveis teriam a função de atuar como tranquilizadores da população. Para os britânicos que ocupavam cargos governamentais na Palestina, seu principal dever, enquanto agentes imperiais, era manter a paz, a ordem e a estabilidade em um território sob controle imperial britânico. Para isso, precisavam da atuação dos notáveis como mediadores e como vetores de tranquilização.

Do ponto de vista dos notáveis, a proximidade com as autoridades era vista como um instrumento para impedir a concretização do projeto sionista dentro da ordem. Imersos em sua cultura política, os notáveis adotaram uma postura não combativa, pautada no diálogo com as autoridades do governo da Palestina ou com oficiais britânicos em Londres. Dentre as suas principais táticas estavam: o comparecimento a reuniões com autoridades britânicas; o envio de petições, cartas e memorandos aos oficiais em Jerusalém ou em Londres; a utilização de práticas diplomáticas, como o envio de delegações a Londres e

contatos com a Liga das Nações; e a participação em instituições estabelecidas pelo governo.

Tal conjunto de ações não pode ser visto como uma atitude meramente “colaboracionista”. Essa postura era considerada pelos notáveis como a forma mais eficaz de obter ganhos políticos junto ao governo, uma vez que do ponto de vista militar estavam em uma condição desvantajosa frente a um império global. Além disso, assim como obtiveram sucesso em influenciar medidas governamentais otomanas, os notáveis foram bem-sucedidos em algumas ocasiões junto aos britânicos. Um exemplo prático foi quando o Alto Comissário Herbert Samuel decretou a limitação da imigração judaica no início da década de 1920 (KRÄMER, 2008, p. 214).

O Alto Comissário era um personagem chave para os líderes notáveis e, com isso, manter uma relação de proximidade e amizade com o ocupante do cargo era uma de suas principais táticas. O Alto Comissariado era a mais elevada posição político-administrativa da Palestina e tinha prerrogativas bastante amplas em matérias executivas⁸.

Portanto, as respostas dos notáveis ao movimento sionista durante o Mandato Britânico eram similares, de muitas maneiras, às suas reações aos primeiros experimentos sionistas durante o Império Otomano, quando as primeiras colônias judaicas foram estabelecidas na Palestina, a partir de 1882. Ou seja, os notáveis buscaram, sob controle britânico, impedir o estabelecimento do lar nacional judaico por meio de táticas já utilizadas durante o período em que a Palestina era parte do Império Otomano (KAYYALI, 1978, p. 5-6).

Nas primeiras décadas do século XX, os principais líderes notáveis palestinos eram membros das famílias Husseini, Nashashibi, Khalidi, Jarallah, Alami e Dajani, de Jerusalém. Essas famílias desempenharam papel político importante no período otomano, especialmente

⁸ O Alto Comissário era a autoridade central do governo, auxiliado por Comissários Distritais, responsáveis pela administração nas subdivisões territoriais da Palestina (LEAGUE OF NATIONS, 1922b).

após Jerusalém ter se tornado o centro da política da Palestina a partir das últimas décadas do século XIX. Além disso, como a cidade foi escolhida pelos britânicos como a capital do Mandato, as autoridades não hesitaram em considerar os principais expoentes dessas famílias como representantes da população local.

As duas famílias de notáveis mais influentes na Palestina eram os Husseini e a Nashashibi, que eram arquirrivais e agregavam em torno de si famílias aliadas. Assim, os líderes notáveis mais proeminentes durante o Mandato foram os mais atuantes membros dessas duas famílias: além de Hajj Amin al-Husseini, destacavam-se Musa Kazim al-Husseini e Raghib Nashashibi. Eles fundaram e/ou lideraram as mais ativas organizações formadas pelos notáveis.

Uma das primeiras formas organizacionais estabelecidas pelos árabes palestinos após a ocupação britânica foram as Associações Islâmico-Cristãs – AIC [*jamyya al-islamiyya al-masihyya*], fundadas em 1918 com o objetivo de unificar muçulmanos e cristãos na luta contra o projeto sionista. As AICs eram dominadas pelas lideranças tradicionais das famílias de notáveis e pelos comerciantes das principais cidades palestinas (AYYAD, 1999, p. 95; KAYYALI, 1978, p. 29; KRÄMER, 2008, p. 204-245; HASSASSIAN, 1990, p. 32).

Contudo, inicialmente, as AIC's não desempenharam um papel relevante na luta antissionista. As organizações mais ativas a esse respeito no período eram o Clube Árabe e o Fórum Literário, que também possuíam em seus quadros cristãos e muçulmanos. Assim como as AICs, a maioria dos integrantes era formada por membros das grandes famílias de notáveis palestinos (KRÄMER, 2008, p. 205).

O Clube Árabe [*an-nadi al-araby*] foi criado em junho de 1918, em Jerusalém, por Hajj Amin al-Husseini, Kamil al-Husseini e outros membros de famílias de notáveis de Jerusalém. Seu objetivo declarado era agir para estimular o renascimento do idioma e da literatura árabes. O Clube foi criado a partir de organizações anteriores em atuação em Damasco, Alepo, Jerusalém e Nablus. Já o Fórum Literário [*al-*

munzada al-araby] foi fundado em 1909 em Istambul, mas reativado em Jerusalém em 1918-19 com a participação proeminente da família Nashashibi (KAYYALI, 1978, p. 33; KRÄMER, 2008, p. 205).

A relevância política das AIC's cresceu ao longo da década de 1920, quando seus membros iniciaram uma prática de reunir congressos políticos mais amplos. Ao todo, ocorreram sete congressos palestinos, entre 1919 e 1928. Uma importante medida organizativa foi tomada durante o Terceiro Congresso, reunido entre 13 e 19 de dezembro de 1920, quando os participantes elegeram o Comitê Executivo Árabe [*al-lajna at-tinfidzya al-arabyya*], para unificar as diferentes lideranças em torno do combate ao projeto sionista.

Mais conhecido como “Executivo Árabe” – EA, o Comitê reunia em seu interior as principais famílias e os mais destacados líderes notáveis na Palestina. Além de notáveis urbanos, a organização era composta por proprietários de terras, comerciantes e apenas uma minoria de intelectuais de classe média. O EA foi presidido, desde a fundação até 1934, por Musa Kazim al-Husseini. Com a morte do líder, em março de 1934, a organização perdeu muito de sua capacidade de agir politicamente e foi oficialmente extinta em agosto do mesmo ano (AYYAD, 1999, p. 88-89; KAYYALI, 1978, p. 59; KRÄMER, 2008, p. 214; PENKOWER, 2014, p. 120).

O Executivo Árabe foi a mais importante organização árabe palestina desde a entrada da Grã-Bretanha na Palestina até o início da década de 1930. Embora a meta de unificar os notáveis tenha se mostrado bastante difícil ao longo de sua existência, o EA fazia com que, nominalmente, existisse uma organização única para liderar os árabes palestinos na luta antissionista. Ao longo desse período, o EA se tornou, aos olhos do governo mandatário, a liderança política palestina e o âmbito institucional para representar a comunidade árabe (HASSASSIAN, 1990, p. 34; PAPPÉ, 2010, p. 225).

Como era formado por líderes notáveis, durante grande parte de sua existência o Executivo Árabe caracterizou-se por uma postura

de diálogo e cooperação com autoridades mandatárias. Mesmo demonstrando sua veemente oposição à Declaração Balfour, os notáveis não adotavam uma postura de embate frente as autoridades e cooperavam com o governo da Palestina. Eles lutavam contra o estabelecimento do lar nacional judaico no interior da ordem institucional erigida pela Grã-Bretanha (PAPPÉ, 2004, p. 73).

Na verdade, a despeito de divergências envolvendo o projeto sionista, não havia inimizade entre os notáveis e oficiais britânicos. Havia uma relação baseada no diálogo e na proximidade entre aqueles que se apresentavam como os representantes da população local e os agentes do império. Os membros mais proeminentes das principais famílias de notáveis da Palestina, como os Husseinis, Nashashibis, Khalidis, Dajanis e Alamis, possuíam uma boa relação com as autoridades mandatárias, eram tratados com reverência e compareciam a eventos protocolares e a celebrações oficiais (KAYYALI, 1978, p. 25; AYYAD, 1999, p. 110-111).

Além disso, havia relações institucionais entre britânicos e notáveis. Os três principais líderes notáveis do período, Hajj Amin al-Husseini, Raghíb Nashashibi e Musa Kazim al-Husseini, foram nomeados a cargos no governo ou a postos ligados à administração britânica na Palestina. Hajj Amin foi indicado pelos britânicos aos postos de Mufti⁹ de Jerusalém e de Presidente do Supremo Conselho Muçulmano¹⁰, pois gozava da confiança das autoridades; Raghíb Nashashibi foi prefeito de Jerusalém entre 1920 e 1934; e Musa Kazim foi Prefeito de

⁹ O Mufti é um religioso muçulmano sunita com conhecimento comprovado na *Sharia*, a lei islâmica. É um religioso autorizado a emitir uma *fatwa*, opinião emitida com base no Corão, na Sharia e na tradição islâmica. A fatwa é um aconselhamento, não uma ordem, diferenciando-se, assim, de uma decisão emitida por um *qadi* (juiz), em que há uma coleta de testemunhos e uma decisão que deve ser cumprida (CAMPO, 2009a, p. 233; CAMPO, 2009b, p. 487-8).

¹⁰ O Supremo Conselho Muçulmano foi criado pelos britânicos em dezembro de 1921 para lidar com as questões especificamente islâmicas, sendo o órgão responsável por gerenciar os assuntos da comunidade muçulmana, administrar as doações religiosas [*waqf*] e presidir as cortes da lei islâmica, as Cortes da Sharia (ANGLO-AMERICAN COMMITTEE OF INQUIRY, 1946, Vol. II, p. 901).

Jerusalém entre 1918 e 1920, e desfrutou de boas relações com as autoridades britânicas até sua morte, em 1934 (HASSASSIAN, 1990, p. 53; KAYYALI, 1978, p. 49; KUPFERSCHMIDT, 1987, p. 20; MATTHEWS, 2006, p. 30; MATTAR, 1988, p. 229-230).

Esse padrão de relação entre líderes árabes palestinos e autoridades britânicas predominou entre a entrada dos britânicos em Jerusalém, em 1917, e o ano de 1929, quando começou a dar sinais de esgotamento. E à medida que a década de 1930 avançava, o comportamento dos notáveis foi sendo cada vez mais condenado e rechaçado. Os principais articuladores dessa crítica eram indivíduos que começaram a se destacar no movimento político no fim da década de 1920 e que emergiram como ameaça à proeminência dos notáveis: os ativistas.

A virada de 1929: os distúrbios do Muro das Lamentações e a ascensão dos ativistas

Os ativistas se constituíram como um segmento específico já nos primeiros anos do Mandato. Sua emergência expressava a existência de uma nova cultura política entre os árabes palestinos, fruto das grandes transformações que ocorreram em todo o Oriente Médio nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX. Processos de ampliação da participação política e de expansão da educação criaram novas formas de atuação pública e novas bases culturais para a política (KIMMERLING; MIGDAL, 2003, p. 26; PAPPÉ, 2004, p. 57-58).

A diferenciação dos ativistas enquanto tendência política se dava pelas suas posturas e pelas práticas que adotavam, não por serem simplesmente oriundos de um grupo socioeconômico bem definido. Em geral, os líderes ativistas eram indivíduos de classe média, como professores, jornalistas, advogados, médicos etc., ou de classe alta, mas também havia indivíduos de posses mais modestas e mesmo membros de famílias de notáveis que discordavam da postura dos líderes familiares (KHALAF, 1991, p. 23).

O que os diferenciava era uma postura radicalmente diferente daquela adotada pelos notáveis. Imbuídos de um pensamento anticolonialista, os ativistas viam o governo instaurado e controlado pela Grã-Bretanha como o primeiro inimigo a ser combatido. Segundo eles, todos os males que acometiam a comunidade árabe da Palestina eram causados pelo controle britânico. Eles afirmavam com veemência que o movimento sionista era apenas um instrumento do “colonialismo” [*musta’amar*] britânico (ZUAITIR, 1984, documento nº 177, p. 360-362; KAYYALI, 1988, documento nº 104, p. 261-265). Por isso, alegavam que as táticas dos notáveis eram inválidas ou inúteis.

Desse modo, o segmento ativista se caracterizou, principalmente, por adotar medidas combativas contra as autoridades, adotando táticas contenciosas de ação política, desestabilizando o espaço público e direcionando todas as suas forças para lutar contra o controle britânico. Os ativistas também se recusavam a ingressar em instituições ligadas ao Mandato, não aceitavam cargos ou postos ligados ao governo e mantinham distância das autoridades, bem como boicotavam festividades e cerimônias oficiais.

No entanto, os ativistas não conseguiram se firmar enquanto liderança política na primeira década de controle britânico, especialmente no período entre 1922 e 1928, que pode ser caracterizado como os anos de calmaria, após os distúrbios de 1920 e 1921¹¹. Isso se alterou profundamente em 1929 e nos anos seguintes, como resultado dos tumultos que ficaram conhecidos como os “Distúrbios do Muro das Lamentações”.

Os chamados “Distúrbios do Muro das Lamentações” tiveram origem em uma disputa pela propriedade da área em que se localiza o

¹¹ Os distúrbios de 1920 e 1921 foram os primeiros casos graves de violência após a Grã-Bretanha se estabelecer na Palestina. Em 1920, os tumultos ocorreram durante o festival islâmico de Nebi Musa (Profeta Moisés), em Jerusalém, causando a morte de nove pessoas (cinco judeus e quatro árabes) e ferimentos em mais de duzentas – em sua maioria, judeus. Em 1921, os distúrbios ocorreram durante as celebrações do dia Primeiro de Maio, em Jaffa, tendo como resultado 95 mortos (47 judeus e 48 árabes) e 219 feridos (KRÄMER, 2008, p. 208-11; SEGEV, 2001, p. 128).

Muro das Lamentações, no interior da Cidade Antiga de Jerusalém. O muro, chamado pelos judeus de “Muro das Lamentações” ou “Muro Ocidental” é a única parte remanescente do Templo Judaico destruído pelos romanos em 70 E.C. Possui, portanto, enorme importância religiosa e simbólica para os judeus. Contudo, a estrutura também é importante na tradição islâmica, pois está ligada a eventos que conferem enorme simbolismo à cidade de Jerusalém para os muçulmanos¹², além de ser uma das extremidades do Haram ash-Sharif¹³.

Durante várias décadas, os sionistas tentaram comprar a área do muro, que era propriedade de uma instituição muçulmana. Tal esforço foi intensificado após a ocupação britânica, quando os sionistas passaram a pressionar as autoridades a desapropriarem o terreno e a permitirem a sua compra pelos sionistas. Os esforços sucessivos dos sionistas para adquirir a área transformaram o Muro das Lamentações de um local religioso a um símbolo nacional, gerando entre os árabes palestinos o temor de perderem o muro e todo o Haram para os sionistas (SEGEV, 2001, p. 71).

A partir dos últimos meses de 1928 as divergências entre muçulmanos e judeus sionistas sobre direitos na área do Muro das Lamentações piorou consideravelmente e alcançou níveis de animosidade aberta. A violência explodiu entre os dias 23 e 29 de agosto de 1929, quando árabes atacaram e assassinaram judeus em várias partes da Palestina. Embora o episódio seja nomeado “Distúrbios no Muro das La-

¹² Os eventos são a *isra* e a *miraj*. *Isra*, também chamada de “Jornada Noturna”, foi a viagem que Mohammed fez de Meca até a Mesquita Al-Aqsa, enquanto a *mi’raj* foi sua ascensão ao céu, onde encontrou os profetas antecessores e anjos. Segundo a tradição, antes da *mi’raj*, Mohammed atou “Buraq”, seu cavalo alado, ao Muro. Por isso, o Muro é reverenciado pelos muçulmanos, que o chamam de *Al-Buraq*. (LEEMING, 2009, p. 528-9).

¹³ *Haram ash-Sharif* ou “Nobre Santuário” é a Esplanada onde estão localizados importantes prédios islâmicos em Jerusalém, dentre eles o Domo da Rocha (a Cúpula Dourada) e a Mesquita Al-Aqsa (terceira mesquita mais importante para os muçulmanos, depois das mesquitas de Meca e Medina). O Haram está localizado no local exato onde existia o Templo Judaico – por isso, o local é conhecido pelos judeus como “Monte do Templo”.

mentações”, a série de atos violentos não se resumiu à Cidade Antiga de Jerusalém, se expandindo para outras áreas em que havia população judaica, como Hebron e Safed, e ocorreram também ataques a assentamentos judaicos rurais em Jerusalém e Jaffa (ANGLO-AMERICAN COMMITTEE OF INQUIRY, 1946, p. 24).

Os distúrbios de 1929 foram os mais graves que a Grã-Bretanha havia enfrentado na Palestina até então. Diante disso, foram enviadas duas comissões para investigar as ocorrências. A primeira delas foi presidida por Sir Walter Shaw, conhecida como “Comissão Shaw”, que, após análise local e entrevistas com os habitantes judeus e árabes, emitiu conclusões extremamente negativas para os sionistas. O relatório alegava que uma nova política para a Palestina deveria ser delineada e que deveria haver mudanças na base jurídica do Mandato, especialmente quanto à Declaração Balfour.

A segunda comissão foi presidida por Sir John Hope-Simpson e tinha o objetivo de averiguar as condições agrárias na Palestina. O relatório da Comissão Hope-Simpson levantou dúvidas sobre a prudência de uma grande taxa de imigração judaica, devido à capacidade de absorção dos novos moradores. O relatório concluía que a compra de terras pelos sionistas era a principal razão para o desenraizamento de muitos árabes.

Com as conclusões dos dois relatórios diante de si, o Secretário de Estado para as Colônias, Lord Passfield, emitiu o que ficou conhecido como *Passfield White Paper*, uma declaração de política britânica que determinava a limitação drástica da imigração judaica e uma restrição de permissões de venda de terras aos judeus. Ou seja, contrariava profundamente os fundamentos do projeto sionista. Os líderes notáveis consideravam o Passfield White Paper uma vitória e uma prova das boas intenções britânicas para com os árabes. O Executivo Árabe, pela primeira vez desde o início da ocupação britânica, não convocou uma greve geral no dia 2 de novembro, aniversário da Declaração Balfour (AYYAD, 1999, p. 129; PORATH, 1974, p. 31).

No entanto, as esperanças dos notáveis foram frustradas pelos acontecimentos em Londres. Após imensa pressão sionista na capital inglesa (inclusive com uma atuação incisiva do Presidente da Organização Sionista Mundial, Chaim Weizmann, no Parlamento Britânico), o Primeiro Ministro Ramsay McDonald decidiu não aplicar o Passfield White Paper. Em uma carta a Weizmann, ironicamente chamada de “*Black Letter*” pelos árabes, McDonald afirmou que a Grã-Bretanha continuava comprometida com a promessa de Balfour de criar um “lar nacional” para os judeus na Palestina. Isso desagradou profundamente aos árabes, que esperavam uma mudança de postura da Grã-Bretanha, pois, para eles, as conclusões dos estudos da Comissão Shaw e da Comissão Hope-Simpson comprovavam a inadequação do projeto sionista.

A publicação da “Carta a Weizmann” foi um forte argumento em favor dos ativistas. Para eles, não havia mais possibilidade de continuar negociando com as autoridades mandatárias. Os ativistas afirmavam que de nada adiantava aguardar uma posição favorável dos britânicos, já que, independentemente da justiça dos argumentos árabes, os sionistas sempre conseguiam vencer a batalha política em Londres.

Daí por diante, há uma nova fase no movimento político árabe palestino. Os ativistas se fortaleceram enquanto segmento político e ganharam legitimidade diante da população árabe palestina.

Assim, na década de 1930, ampliou-se entre os árabes palestinos uma prática política baseada no distanciamento do governo e no embate direto contra as autoridades mandatárias. Em vez de recorrer aos métodos utilizados pelos notáveis, os ativistas adotavam uma tática política de confronto, conceituada por autores como Charles Tilly e Sidney Tarrow de “política contenciosa” [*contentious politics*].

Segundo Charles Tilly, a política contenciosa ocorre quando um grupo organizado age frente a um governo (ou a um agente governamental) de acordo com interesses coletivos. Ela “consiste de processos reivindicatórios descontínuos, públicos e coletivos em que uma das

partes é o governo” (TILLY, 2003, p. 9). Contudo, para Sidney Tarrow, a política contenciosa vai além. Para ele, “a ação coletiva se torna contenciosa quando é usada por pessoas que não possuem acesso regular a instituições representativas, que agem em nome de novas e inaceitáveis reivindicações e que se comportam de modos que *desafiam fundamentalmente outros atores ou as autoridades*” (TARROW, 2011, p. 7, *italico meu*).

Com efeito, recusando os canais institucionais junto às autoridades, os ativistas adotaram a via do embate. E rejeitando a política dos notáveis, optaram pela política contenciosa, tanto individualmente quanto coletivamente.

A partir de 1929, os ativistas passaram a criar organizações que adotavam um tom profundamente combativo. Frustrados com a ineficácia do Executivo Árabe, dominado pelos notáveis, eles deram início à criação de diversas organizações, como o Congresso Jovem, Congresso dos Estudantes, Congresso Feminino, Congresso Geral Palestino, Congresso de Agricultores (AYYAD, 1999, p. 134-135; MATTHEWS, 2006, p. 46; KRÄMER, 2008, p. 256; LESCH, 1973, p. 31).

A principal organização ativista na Palestina foi o ramo local do Partido da Independência Árabe [*Hizb al-Istiqlal al-Araby*]. Amplamente conhecido como “Istiqlal”, o partido foi criado na Síria em 1919 para combater o domínio francês. Na Palestina, o partido foi criado em dezembro de 1932 e sua postura era completamente diferente da adotada pelas organizações lideradas pelos notáveis. A maioria dos membros do Istiqlal não era proveniente de Jerusalém, mas de cidades como Nablus, Jaffa e Haifa (AYYAD, 1999, p. 137-138; MATTHEWS, 2006, 122-123).

Além disso, os ativistas não participavam de associações culturais ou civis patrocinadas pelos britânicos, criando instituições próprias e independentes. Em oposição à Associação Cristã de Moços – ACM, os ativistas fundaram ramos da Associação de Jovens Muçulma-

nos – AJM a partir de 1928; e para se opor ao Escotismo Baden-Powell – EBP, estabeleceram grupos de escotismo independentes (ZUAITIR, 1992, p. 23).

Tanto a ACM como o EBP foram levados à Palestina pelos britânicos e estavam estreitamente ligados ao governo mandatário. O Alto Comissário era o Supremo Presidente do Escotismo Baden-Powell e o Diretor de Educação era o Presidente da Associação Cristã de Moços. A função de ambos como âmbitos de mediação é evidente, tendo em vista que todos os funcionários governamentais eram obrigados a ser membros de ambas as instituições. O principal objetivo dos britânicos ao adotar essa estratégia era organizar a juventude árabe em uma atmosfera cooperativa em relação ao governo (MATTHEWS, 2006, p. 47). Assim, recusando-se a tomar parte nessas associações, os ativistas adotavam uma atitude clara de distanciamento das autoridades, com o objetivo de criar instituições genuinamente locais, fora de qualquer tutela britânica.

Os líderes ativistas que mais se sobressaíram na década de 1930 foram Akram Zuaitir, Auni Abdel Hadi, Izzat Darwazza, Ibrahim ash-Shanti, Ajaj Nueihid, Subhi al-Khadra e Hamdi al-Husseini (que, apesar do nome, não era parente de Hajj Amin). Foram esses líderes que criaram ou lideraram as principais organizações ativistas. Na verdade, é interessante perceber que muitos líderes ativistas eram membros de mais de uma organização. Todos os fundadores do Istiqlal participavam de outras organizações ativistas: Izzat Darwazza foi fundador e o primeiro presidente da AJM de Nablus, Hamdi al-Husseini presidiu a AJM de Gaza, enquanto Ibrahim ash-Shanti foi líder do Congresso de Estudantes de Jaffa de 1929 (UNITED KINGDOM, 1933a).

Essa dinâmica fica mais clara pelas agudas divergências que emergiram no interior do Executivo Árabe, que, como mencionado, era uma organização controlada pelos notáveis. O EA passou a se tornar uma organização ativista a partir do Congresso Palestino de 1928, quando houve a elevação do número de membros. Diante da inserção

de um maior contingente de líderes políticos, os ativistas conseguiram adentrar o EA e passaram a empurrar a organização para um rumo mais combativo em relação ao governo britânico na Palestina (HASSASSIAN, 1990, p. 70-71; MATTHEWS, 2006, p. 45).

Desse modo, imersa em uma cultura política distinta, uma nova geração de líderes políticos passou a se mostrar como uma ameaça à liderança tradicional. Adotando novas táticas e pregando novos valores para fundamentar suas ações, os ativistas retiraram o monopólio das ações políticas dos notáveis e cada vez mais tomaram para si a vanguarda da luta antibritânica e antissionista.

A década de 1930 foi período de ascensão e consolidação do segmento ativista. Esse foi o período de agravamento das tensões políticas, por causa de duas questões que se tornaram os principais motivos do descontentamento dos árabes palestinos: a venda de terras aos sionistas e a elevação das taxas de imigração judaica.

A rota para a revolta: terras e imigração

A vertiginosa elevação da imigração judaica foi uma das questões políticas mais problemáticas do período. A chegada desse contingente expressivo era resultado do afluxo de judeus que fugiam do crescente antisemitismo na Europa, particularmente após a ascensão dos nazistas ao poder na Alemanha, em 1933 (CULLA, 2005, p. 109-111).

Diante disso, a comunidade judaica palestina cresceu significativamente nesse período. Enquanto em 1922 a população judaica era de apenas 11% do total dos habitantes da Palestina, em 1936 havia aumentado para 28%. Somente em 1935 mais de 60 mil judeus entraram legalmente na Palestina. O número de imigrantes ilegais não é certo, mas cálculos indicam que era um número igual ou maior. Por fim, para termos uma ideia do potencial de inquietação que a imigração causou nos árabes, basta perceber que mais da metade dos judeus que aportaram legalmente na Palestina entre 1919 e 1935 chegou em ape-

nas dois anos, entre 1933 e 1935 (MATTHEWS, 2006, p. 135; ABOUSH, 1977, p. 23-46).

A chegada dessa enorme população judaica gerou a necessidade de aquisição de novos tratos de terra para abrigar os imigrantes, o que provocou uma elevação na taxa de compra de terras pelas organizações sionistas. Além disso, após os Distúrbios do Muro das Lamentações, os sionistas passaram a adquirir parcelas de terras contíguas para se defenderem de forma mais eficaz em caso de ataques árabes (KRÄMER, 2008, p. 247).

Com isso, agravou-se o problema da expulsão de camponeses árabes das terras em que haviam vivido por gerações. Como um dos principais lemas da colonização sionista era a “conquista da terra pelo trabalho”, as colônias administradas pelos sionistas não permitiam a contratação de árabes e pequenos proprietários e camponeses arrendatários passaram a ser expulsos em números cada vez maiores. Desenraizados, migravam em altos números para as grandes cidades, como Haifa e Jaffa, onde, em sua maioria, viviam em condições extremamente precárias (KAYYALI, 1978, p. 7-8; KRÄMER, 2008, p. 193, p. 114-115; MATTHEWS, 2006, p. 201).

O processo de aquisição de terras pelos sionistas e deslocamento de camponeses árabes, que já se mostrara nos anos 1920, se intensificou na década de 1930, exigindo que os líderes políticos adotassem uma posição. Após 1929, qualquer líder político árabe palestino que se dispusesse a lutar contra o projeto sionista deveria propor alguma ação para lidar com a questão dos camponeses árabes sem-terra. As questões do assentamento dos árabes na terra e seu trabalho na agricultura geravam efeitos políticos principalmente entre a comunidade muçulmana, pois, em 1931, 64% da população muçulmana da Palestina vivia da agricultura (KRÄMER, 2008, p. 185).

Assim, os líderes políticos árabes palestinos se viram diante de uma junção de dois fatores que tornava a situação politicamente explosiva: 1) o incremento da população judaica, o que era visto

como uma ameaça demográfica para os árabes, que pautavam muitas de suas demandas no fato de formarem a maioria da população; e 2) as condições extremamente precárias em que viviam os camponeses árabes sem-terra.

Esses fatores causaram grande insatisfação em amplos setores da sociedade árabe contra a política do governo mandatário. O aumento do descontentamento da população árabe criou uma nova condição política na Palestina. Agora, muitos contestavam a própria presença britânica, já que a imigração e a venda de terras eram permitidas e, do ponto de vista jurídico, possuíam o respaldo do governo. A partir de então, o trabalho principal do Alto Comissário era garantir a ordem e ele agia na maior parte do tempo como um administrador de crises. Diante disso, a mediação dos notáveis tornou-se ainda mais importante. Sem a mediação, e sem algum grau de concessão aos interesses da população local, o risco de ocorrência de violência era constante.

Contudo, os notáveis gradativamente perdiam a iniciativa política diante da ação do segmento ativista. Pela atuação dos líderes e organizações ativistas, a política palestina tornou-se cada vez mais combativa e menos controlável pelos notáveis. Esse processo podia ser visto nos atos realizados no espaço público, caracterizados por posturas de embate, a despeito das tentativas os notáveis de exercerem um papel de tranquilização.

A principal forma de atuação dos ativistas no espaço público eram manifestações políticas, marchas ou grandes encontros, atos que se tornaram frequentes nos primeiros anos da década de 1930. Em algumas ocasiões, líderes notáveis também participavam desses eventos. No entanto, havia uma tensão entre notáveis e ativistas justamente pela diferença de visão entre eles sobre como os atos deveriam ser conduzidos.

É possível perceber claramente a diferença de postura entre os dois segmentos políticos. Enquanto os notáveis buscavam autorização para realizar as marchas e seguiam as rotas delineadas pelo governo, os

ativistas se mostravam combativos e não obedeciam às determinações das autoridades, como ocorreu durante os “distúrbios de 1933”, quando uma série de marchas consideradas ilegais pelas autoridades foram realizadas em várias cidades da Palestina e foram reprimidas pela força (UNITED KINGDOM, 1933b, parágrafo 9). Os choques resultaram em um policial e 24 civis mortos (no local ou em razão de ferimentos) e 28 policiais e 205 civis feridos (PALESTINE GOVERNMENT, 1933a, p. 78). De nada adiantaram os esforços dos notáveis para que as marchas fossem ordeiras e obedientes às orientações do governo. Os ativistas conseguiram fazer com que essas manifestações se tornassem atos de embate antigovernamental (PALESTINE GOVERNMENT, 1933b).

Assim, vemos que enquanto os ativistas adotavam um tom de confronto no espaço público, os notáveis buscavam fazer com que os atos políticos fossem pacíficos e que transcorressem sem choques com as forças policiais. Ou seja, eles buscavam cumprir seu papel de mediadores fazendo o que lhes era solicitado pelo governo: impedir a ocorrência de atos de violência.

Paralelamente aos distúrbios no meio urbano, um movimento antibritânico também se desenvolveu no meio rural. Um dos mais conhecidos grupos foi o liderado por Izz ad-Din al-Qassam, um religioso nascido na Síria, que havia participado de organizações antifrancesas e antibritânicas na década de 1920. Morador da Palestina desde 1921, ele tornou-se um pregador altamente respeitado entre a população rural e urbana, especialmente em Haifa, onde pregava em uma das principais mesquitas da cidade. Indignado com a situação dos camponeses despossuídos que ele via diariamente nas periferias de Haifa, ele decidiu optar pela luta armada. A partir de 1933, começou a comprar armas, reuniu algumas dezenas de seguidores e lançou um movimento armado no norte da Palestina (ELPELEG, 1993, p. 37). Porém, durante um combate com forças britânicas em novembro de 1935, ele e quatro de

seus seguidores foram mortos (UNITED KINGDOM, 1935, parágrafo 13; PALESTINE GOVERNMENT, 1935, p. 56).

Embora o movimento de Izz ad-Din al-Qassam tenha sido de curta duração e não tenha conseguido instigar as massas camponesas, após a sua morte ele se tornou um verdadeiro herói da luta antissionista¹⁴. Entre alguns setores rurais, Qassam e seus seguidores eram tomados como mártires pela causa palestina, o que estimulou um grande número de jovens a se juntarem a grupos armados para lutar contra o governo, incluindo jovens de famílias de notáveis urbanos (PAPPÉ, 2004, p. 106; KAYYALI, 1978, p. 144; KRÄMER, 2008, p. 263).

Desse modo, podemos compreender a breve revolta liderada por Izz ad-Din al-Qassam como a expressão da disposição de moradores do meio rural em recorrer à luta armada para conter a expansão do projeto sionista na Palestina.

Assim, três fatores se combinaram para tornar a situação potencialmente explosiva: 1) a crescente imigração judaica e, consequentemente, a elevação da compra de terras e a intensificação do desenraizamento de camponeses árabes; 2) a ascensão dos ativistas e, paralelamente, a perda de legitimidade dos notáveis e sua incapacidade de agir como tranquilizadores da população; e 3) a disposição de um número crescente de árabes palestinos em aderir à luta armada contra a autoridade britânica. O ambiente estava preparado para uma sublevação em grande escala.

A Grande Revolta Árabe da Palestina e o fim da mediação

A Grande Revolta representou uma nova fase na História Política da Palestina. Pela primeira vez, os árabes palestinos se levantaram em armas contra a potência imperial. Não se tratava mais de “dis-

¹⁴ Essa inspiração perdurou por várias décadas e sua figura se enraizou na memória palestina. O braço militar do Hamas tem o nome de “Brigadas Izz ad-Din al-Qassam” e os mísseis lançados por seus membros são denominados “Qassam” (HROUB, 2008, p. 29).

túrbios” ou “tumultos”, mas de uma real e ampla revolta anticolonial. Iniciado em abril de 1936, o levante teve diferentes fases e arrefeceu apenas em 1939. Aqui serão analisadas as duas primeiras fases da revolta: entre abril e outubro de 1936; e entre julho e novembro de 1937.

A ignição foi dada por um evento pontual, que foi seguido por uma série de atos violentos que se disseminaram em um círculo vicioso de ataques e represálias. Esse rumo de eventos só pode ser compreendido levando-se em consideração as graves condições políticas prevalentes na Palestina, aliadas à veemente atuação dos ativistas. Foi a junção dessas duas dinâmicas que permitiu que atos de violência isolados fossem politizados e enquadrados em uma luta antibritânica.

No dia 15 de abril de 1936, alguns carros foram parados e roubados por um grupo de árabes na rodovia entre Tulkarem e Nablus. Em um dos roubos, três judeus foram forçados a sair do carro e foram baleados. Um morreu na hora e outro morreu posteriormente em razão dos ferimentos. Na noite seguinte, dois árabes que viviam em uma tenda perto da estrada entre Kfar Saba e Petah Tiqva foram baleados por dois homens armados e, segundo o relatório britânico, “antes de morrer, uma das vítimas declarou que os responsáveis eram judeus e os descreveu” (UNITED KINGDOM, 1936, parágrafo 20).

Após isso, seguiram-se manifestações entre os árabes e iniciou-se uma onda de ataques contra judeus. Por outro lado, em Tel Aviv, judeus também cometeram ataques contra árabes, saquearam lojas e incendiaram um ônibus. A situação piorou definitivamente no dia 19, quando, segundo o relatório britânico, houve rumores de que dois árabes haviam sido mortos em Tel Aviv. Após isso, árabes começaram a cometer uma série de ataques contra judeus e a violência se generalizou (UNITED KINGDOM, 1936, parágrafo 21).

Diante do agravamento da situação, os ativistas empreenderam uma intensa mobilização política. No dia 19 de abril, declararam uma greve geral (ZUAITIR, 1984, documento nº 226, p. 409-10), que foi amplamente observada, e deram início à formação de Comitês Nacio-

nais [*al-Lajna al-Qaumyya*, sing.] (ZUAITIR, 1984, documento nº 228, p. 411). Os notáveis, por sua vez, criaram o Supremo Comitê Árabe [*al-Lajna al-A'rabyya al-'Ulya*] com o intuito de liderar o movimento, sob a presidência de Hajj Amin al-Husseini (KAYYALI, 1988, documento nº 150, p. 378-379). No entanto, isso ocorreu apenas no dia 25, ou seja, seis dias depois que os ativistas se organizaram em Comitês Nacionais. Percebe-se, portanto, que a iniciativa para politizar o movimento pertencia aos ativistas e não aos notáveis.

Paralelamente a isso, a violência se espalhou por todo o território da Palestina e não se limitou a ataques contra judeus. Na verdade, iniciou-se uma verdadeira rebelião antibritânica e antigovernamental. Segundo os britânicos, a revolta era caracterizada por várias ações armadas e de sabotagem, como incêndio de árvores, apedrejamento e incêndio de ônibus, tiros de franco-atiradores, destruição de vias férreas, corte de linhas telefônicas, ataques de árabes a assentamentos judaicos isolados, emboscadas contra forças policiais e militares britânicas etc. (UNITED KINGDOM, 1936, parágrafo 60).

Em maio, as autoridades britânicas efetuaram a prisão de 65 líderes árabes palestinos, todos ativistas, incluindo os principais líderes do Istiqlal – Akram Zuaitir, Auni Abdel Hadi e Subhi al-Khadra (UNITED KINGDOM, 1936, parágrafos 25, 57, 60-63). Enquanto isso, os notáveis, em sua tradicional tática política, tentaram controlar a população, permanecendo atados à sua prática de mediação. Ao longo dos meses de revolta de 1936, entre abril e outubro, os principais líderes notáveis participaram de quatro reuniões com o Alto Comissário – nos dias 21 de abril, 5 e 14 de maio, e 12 de setembro, nas quais o oficial britânico cobrou dos notáveis ações para pôr fim à violência (LEAGUE OF NATIONS, 1937).

No entanto, diante do aumento da insatisfação entre os árabes, seu papel de mediação foi seriamente comprometido. Pela primeira vez, eles não possuíam capacidade alguma de influenciar o curso dos acontecimentos, pois foram superados por grupos mais ativos e mais

combativos, fazendo com que a tática de mediação se tornasse uma opção praticamente inviável.

A greve e a violência só tiveram fim com a intervenção dos governantes dos países árabes vizinhos. A partir de agosto de 1936, o Rei da Arábia Saudita, Abdel Aziz Ibn Saud, o Rei Ghazi, do Iraque, e o Emir da Transjordânia, Abdullah, atuaram como intermediários entre a Grã-Bretanha e os líderes árabes palestinos com o objetivo de persuadir a população a pôr fim à greve. Desse modo, aliados da Grã-Bretanha, os governantes árabes aceitaram o papel de mediadores que os notáveis não eram mais capazes de cumprir (RUBIN, 1981, p. 16; MANSFIELD, 2003, p. 224, p. 235).

Após receberem mensagens dos governantes árabes, assegurando as “boas intenções” da Grã-Bretanha (ZUAITIR, 1984, documento nº 261, p. 458), o Supremo Comitê Árabe emitiu uma declaração no dia 10 de outubro de 1936, na qual demandava o fim da greve e da violência (ZUAITIR, 1984, documento nº 262, p. 459). Dois dias depois, a greve geral teve fim e os grupos rebeldes no campo paralisaram todos os atos de violência. Assim, o papel de tranquilizadores da população por parte dos notáveis foi seriamente abalado. Apenas com a intervenção externa foi possível trazer a calma à Palestina.

Diante da amplitude da revolta, a Grã-Bretanha, em seu tradicional modo de lidar com distúrbios na Palestina, enviou uma comissão de investigação para apurar as causas da violência. Foi instalada a Comissão Real para a Palestina, presidida por Earl Peel, por isso chamada de “Comissão Peel”. Os membros da comissão chegaram à Palestina em dezembro de 1936, onde receberam documentos e ouviram depoimentos de representantes de ambas as comunidades. Em julho de 1937, a comissão emitiu seu relatório, no qual concluiu que a única solução para o problema era a partilha da Palestina, com a criação de um Estado judeu e um Estado árabe (PALESTINE ROYAL COMMISSION, 1937, p. 375-376).

A publicação do relatório causou extrema contrariedade entre os árabes, agravada quando o governo britânico declarou que concordava com a proposta de partilha. Esta decisão britânica forçou os notáveis a uma postura mais combativa e importantes líderes notáveis abandonaram sua tática de proximidade com as autoridades mandatárias. Contrariados com a proposta de divisão da Palestina, alguns dos principais líderes notáveis, incluindo Hajj Amin al-Husseini, tornaram-se atores contenciosos e se juntaram aos ativistas na condenação à política britânica (PALESTINE ROYAL COMMISSION, 1937, p. 1).

Por outro lado, o anúncio da proposta de partilha provocou o reinício da revolta. A rebelião atingiu um novo patamar quando altos oficiais britânicos passaram a ser atacados, sendo o caso mais grave o assassinato do Comissário Distrital da Galileia, Lewis Andrews. Além disso, os rebeldes conseguiram espalhar a violência por toda a Palestina e, entre meados de 1937 e o final de 1938, tomaram grandes porções de território. Os grupos rebeldes controlavam, *de facto*, estradas, vilarejos e cidades, incluindo a Cidade Antiga de Jerusalém e a Cidade Antiga de Jaffa, além de Acre, Jericó e Beersheba. No final de 1938, a administração britânica na Palestina estava praticamente em colapso (SEGEV, 2001, p. 414-415; AYYAD, 1999, p. 172; KHALIDI, 2009, p. 107).

O assassinato de um oficial de tão alto escalão do governo da Palestina como um Comissário Distrital liberou as amarras militares britânicas, desencadeando uma severa onda de represálias. Charles Tegart, ex-Chefe de Polícia na Índia, foi enviado à Palestina com amplas prerrogativas para controlar a revolta. Sob seu comando, o governo mandatário instituiu diversas regulações de emergência¹⁵, que praticamente levaram à Palestina ao estado de lei marcial, estabelecendo cor-

¹⁵ É importante mencionar que as regulações de emergência foram adotadas com base na *Palestine (Defense) Order in Council*, de 1937. Essa mesma peça jurídica fundamentou as regulações de emergência contra organizações armadas sionistas e árabes, em 1945 e fundamenta, até hoje, certas regulações de emergência que Israel aplica aos palestinos nos Territórios Palestinos Ocupados (B'Tselem, 1992, p. 5, p. 15).

tes militares e a pena de morte, multas, a detenção de árabes em jaulas, dentre outras medidas extremamente severas (CULLA, 2005, p. 122-123; SEGEV, 2001, p. 415; HUGHES, 2010, p. 12-15).

Os britânicos adotaram também medidas de punições coletivas, sob o princípio de que os crimes ocorridos em uma dada localidade eram culpa de toda uma comunidade – um vilarejo, um bairro e mesmo uma grande cidade. O caso mais extremo foi Jaffa. Avançando sobre os rebeldes que haviam tomado partes da cidade, as forças britânicas destruíram quase completamente a Cidade Antiga de Jaffa, derubando centenas de prédios residenciais, deixando cerca de 6.000 moradores desabrigados. Muitos deles ficaram somente com a roupa do corpo, após receberem alertas para abandonarem suas casas imediatamente (HUGHES, 2010, p. 9-10; SEGEV, 2001, p. 420).

Os britânicos decidiram também tomar severas medidas contra líderes políticos que eram considerados “moralmente responsáveis” pelos eventos de violência. A partir de 1º de outubro de 1937, o governo da Palestina dissolveu o Supremo Comitê Árabe e os Comitês Nacionais, considerando-os “associações ilegais”, e dezenas de líderes políticos foram presos ou deportados. Alguns deles conseguiram fugir para o Iraque, para a Síria ou para o Líbano (PALESTINE GOVERNMENT, 1937, p. 38; UNITED KINGDOM, 1937b, parágrafo 26; ANGLO-AMERICAN COMMITTEE OF INQUIRY, 1946, p. 42).

Hajj Amin al-Husseini, que após a publicação da proposta de partilha passou a adotar uma postura de embate contra o governo, foi exonerado dos postos aos quais ele havia sido nomeado pelos britânicos – Mufti de Jerusalém e Presidente do Supremo Conselho Muçulmano. Os britânicos tentaram prendê-lo, realizando um cerco ao seu gabinete, em Jerusalém. No entanto, aproveitando uma falha dos militares, ele conseguiu escapar e rumou para o Líbano (UNITED KINGDOM, 1937b, parágrafo 26; PALESTINE ROYAL COMMISSION, 1937, p. 1).

A partir de então, com os principais líderes – notáveis e ativistas – presos, exilados ou foragidos, a violência explodiu sem controle. Sem liderança e dando vazão às suas rivalidades, os árabes deram início a uma grave campanha de ataques contra adversários políticos na própria comunidade árabe. Além disso, à violência política se misturaram atos de crimes comuns cometidos por questões pessoais (PORATH, 1974, p. 249-51; KRÄMER, 2008, p. 290).

Com efeito, após os avanços britânicos contra os líderes políticos, o levante se transformou em uma violência sem sentido político claro. Quanto aos líderes notáveis, eles haviam perdido completamente o contato com as organizações guerrilheiras no terreno e o levante se tornou, na verdade, uma luta de todos contra todos (UNITED KINGDOM, 1937a, p. 6).

Na verdade, muitos notáveis passaram a ser vitimados por rebeldes. Desde os últimos meses de 1937, houve uma série de ataques contra líderes notáveis, especialmente aqueles que possuíam alguma ligação com o governo. O Prefeito de Haifa, o Prefeito de Belém, o Prefeito de Nablus e o Prefeito de Tulkarem foram vítimas de atentados. E o Vice-Prefeito de Tiberíades, um Assistente do Superintendente de Polícia e seu auxiliar, assim como um notável de Haifa e um notável de Jenin, foram assassinados (UNITED KINGDOM, 1937b, parágrafo 21). Percebe-se nitidamente que, além de perder seu papel de mediação, os notáveis agora eram considerados inimigos por parte da população, exatamente por seus contatos com o governo. Em suma, a política dos notáveis tornou-se impraticável como tática política.

Assim, o ano de 1937 marca o ponto final da política dos notáveis da forma como havia funcionado desde 1917. A prisão, deportação ou fuga dos principais líderes políticos árabes deixaram a população sem suas principais lideranças locais. A mediação, enquanto prática de intermediação entre governo e governados, deixou de existir. Restou apenas a política contenciosa e, mais grave, a violência generalizada.

Considerações finais

Diante do que foi exposto, podemos perceber a complexidade do movimento político árabe palestino que atuou durante o período em que a Grã-Bretanha controlou a Palestina. O que vemos é que, em vez de centrado em um único líder, o movimento político árabe palestino caracterizou-se pela heterogeneidade e pela divisão sobre os métodos para combater o movimento sionista em uma condição de controle político britânico. Ou seja, ainda que Hajj Amin al-Husseini, o Mufti de Jerusalém, desempenhasse um papel político de proeminência, ele não era o principal líder árabe palestino a lutar contra o projeto sionista na Palestina.

Sobretudo, percebemos que a posição do Mufti, assim como de outros líderes notáveis, só foi alterada em meio à Grande Revolta. Até então ele era cooperativo com o governo e, assim como outros notáveis, buscava derrotar os sionistas sem combater os britânicos. Sua mudança de atitude ocorreu apenas em função da posição contenciosa adotada pelos ativistas. Como as táticas dos notáveis não surtiram efeito contra o projeto sionista, os ativistas tomaram a liderança da luta e levaram os notáveis a uma posição menos amistosa em relação às autoridades britânicas.

Os ativistas conseguiram estabelecer entre a maioria da população a ideia de que a Grã-Bretanha era responsável pelos sucessos do movimento sionista e, assim, deveria ser combativa em primeiro lugar. Com isso, os notáveis tiveram de atuar em um ambiente marcado pela insatisfação contra o governo mandatário. Foi apenas assim que, temendo perder sua legitimidade política, os notáveis, incluindo Hajj Amin, optaram pelo embate, tornando inviável a política de mediação e deixando espaço apenas para o confronto.

Assim, a violência política que predominou durante a Grande Revolta da Palestina expressou o fracasso dos notáveis em cumprirem seu papel enquanto membros da elite mediadora da Palestina. O insu-

cesso dos notáveis em revogar a Declaração Balfour por meio do diálogo com as autoridades mandatárias e com oficiais britânicos em Londres fez com que a política de mediação fosse crescentemente deslegitimada pelos ativistas. Ao mesmo tempo, os notáveis perderam sua função perante as autoridades britânicas, já que não conseguiam mais cumprir um papel de tranquilizadores da população.

A partir de então, entre os árabes palestinos, lutar contra o projeto sionista recorrendo à política dos notáveis tornou-se uma tarefa inviável. A tática de manter proximidade com autoridades mandatárias e com oficiais governamentais em Londres, por meio de reuniões, petições e delegações, estava terminada para os principais notáveis árabes palestinos. Agora, restava seguir a política contenciosa, aderir à luta armada ou recorrer à ajuda árabe externa.

A mediação passou a ser realizada pelos governantes dos países árabes vizinhos – Arábia Saudita, Iraque e Transjordânia. Com algumas raras exceções, como as negociações para uma conferência em 1939, eram os líderes dos países árabes que detinham maior voz perante a Grã-Bretanha.

Por outro lado, após a onda de ações militares contra os líderes políticos árabes palestinos, eles perderam o protagonismo político na luta contra o projeto sionista. Assim, terminada a revolta, em 1939, os governantes dos países árabes vizinhos passaram a ser os principais defensores dos árabes palestinos na arena política. E entre 1945 e 1948, foram os Estados árabes, reunidos na Liga Árabe, que se apresentaram como os principais opositores da criação de um Estado para os judeus na Palestina.

Referências documentais

ANGLO-AMERICAN COMMITTEE OF INQUIRY. **A survey of Palestine**: prepared in December 1945 and January 1946 for the information of the Anglo-American Committee of Inquiry. Palestine Re-

membered, 1946. 2 v. p. 901. Disponível em: <<http://www.palestinere-membered.com/Acre/Books/Story831.html>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

HADI, M. A. (Ed.). **Documents on Palestine**. Volume I (until 1947), Jerusalem: PASSIA – Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs, 2007.

KAYYALI, A. W. (Ed.). **Watha'iq al-Muqawama al-Filastinyya didd al-Ihtilal al-Britany was-Sahyunyya** [Documentos da Resistência Palestina contra a ocupação britânica e contra o sionismo], 1918-1939. 2. ed. Beirut: Institute of Palestine Studies, 1988.

LEAGUE OF NATIONS. **Mandate for Palestine, 1922. Mandat pour la Palestine. Communiqué au Conseil et aux Membres de la Société.** Genève, le 12 août 1922. Société des Nations. UNISPAL, 1922a. C.529.M.314.1922.VI.

_____. **Palestine Order in Council**, 1922. UNISPAL, 1922b. C.639.M.378.1922.VI.

_____. **Permanent Mandate Commission**. Minutes of the thirty-second (extraordinary) session devoted to Palestine. Held at Geneva, from July, 30th to August, 18th, 1937. UNISPAL. C.330.M.222, 1937.

PALESTINE GOVERNMENT. **Official Communiqués 60/33**. November 7th, 1933. Israel State Archives, 1933a. ISA 2.0.21.3, M-566/3.

_____. **Official Communiqués 43/35**, November 20th, 1935. Israel State Archives, 1935. ISA 2.0.21.5, M-566/5.

_____. **Official Communiqués 16/37**, October 1st, 1937. Israel State Archives, 1937. ISA 2.0.21.8. M-567/1.

_____. Report of the Commission appointed by His Excellency the High Commissioner for Palestine. **Palestine Gazette**, Israel State Archives, n. 1561, v. 420, 16 Nov. 1933b. ISA P-325/5 (65.4/3-5).

PALESTINE ROYAL COMMISSION. **Palestine Royal Commission Report**, July, 1937. United Kingdom: The National Archives. Cmd. 5479, 1937.

SMITH, C. D. **Palestine and the Arab-Israeli conflict: a History with documents**. 6th ed. Boston/New York: Bedford/St. Martin's, 2007.

UNITED KINGDOM. **Arabs who's who**. Anexo da Carta de Christopher Eastwood (Secretário Privado do Alto Comissário da Palestina) para o Colonial Office, 5 de dezembro de 1933. United Kingdom: The National Archives. CO/733/248/17693, 1933a.

_____. **Palestine situation**: Memorandum by the Secretary of State for the Colonies. January 1st, 1937. C. P. 1(37). United Kingdom: The National Archives. CAB/24/267/0001, 1937a.

_____. **Report by His Majesty's Government in the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland to the Council of the League of Nations on the Administration of Palestine and Trans-Jordan for the year 1933**. December 31st, 1933. UNISPAL, 1933b.

_____. **Report by His Majesty's Government in the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland to the Council of the League of Nations on the Administration of Palestine and Trans-Jordan for the year 1935**. December 31st, 1935. UNISPAL, 1935.

_____. **Report by His Majesty's Government in the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland to the Council of the League of Nations on the Administration of Palestine and Trans-Jordan for the year 1936**. December 31st, 1936. UNISPAL, 1936.

_____. **Report by His Majesty's Government in the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland to the Council of the League of Nations on the Administration of Palestine and Trans-Jordan for the year 1937.** December 31st, 1937. UNISPAL, 1937b.

ZUAITIR, A. **Al-Harakat al-Watanyya al-Falastinyya, 1935-1939:** Yaummyat Akram Zuaitir [Movimento Nacional Palestino, 1935-1939: do diário de Akram Zuaitir]. Beirut: Institute of Palestine Studies, 1992.

_____. **Watha'iq al-Harakat al-Watanyya al-Falastinyya, 1918-1939:** min awaraq Akram Zuaitir [Documentos do Movimento Nacional Palestino, 1918-1939: dos documentos de Akram Zuaitir]. Beirut: Institute of Palestine Studies, 1984.

Referências

ABBOUSH, W. F. Road to rebellion: Arab Palestine in the 1930's. **Journal of Palestine Studies**, v. 6, n. 3, p. 23-46, 1977.

AYYAD, A. **Arab nationalism and the Palestinians, 1850-1939.** Jerusalem: PASSIA, 1999.

B'TSELEM. **Detained without trial:** Administrative Detention in the Occupied Territories Since the Beginning of the Intifada. Jerusalém: B'Tselem – The Israeli Information Center for Human Rights in the Occupied Territories, 1992.

BARROS, J. D'Assunção. História Comparada – da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. **História Social**, Campinas, n. 13, 2007. Campinas, 2007.

CAMPO, J. F. In: CAMPO, J. E. (Ed.). **Encyclopedia of Islam.** New York: Facts on File, 2009a. p. 233.

_____. Mufti. In: CAMPO, J. E. (Ed.). **Encyclopedia of Islam**. New York: Facts on File, 2009b. p. 487-488.

CERTEAU, M. de. **Artes de fazer, a invenção do cotidiano**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CULLA, J. B. **La tierra más disputada**: el sionismo, Israel y el conflicto de Palestina. Madrid: Alianza Editorial, 2005.

DALIN, D. G.; ROTHMAN, J. **Icon of Evil**: Hitler's Mufti and the Rise of Radical Islam. New Brunswick: Transaction Publishers, 2008.

ELPELEG, Z. **The Grand Mufti**: Haj Amin al-Hussaini, Founder of the Palestinian National Movement. London: Frank Cass, 1993.

FROMKIN, D. **A peace to end all peace**: the fall of the Ottoman Empire and the creation of the modern Middle East. New York: Owl Books / Henry Holt and Company, 2001.

HASSASSIAN, M. S. **Palestine**: factionalism in the national movement, 1919-1939. Jerusalem: PASSIA, 1990.

HOBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOURANI, A. Ottoman reform and the Politics of Notables. In: HOURANI, A.; KHOURY, P.; WILSON, M. (Ed.). **The modern Middle East**. Los Angeles: University of California Press, 1993. p. 83-109.

HROUB, K. **Hamas**: um guia para iniciantes. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.

HUGHES, M. From law and order to pacification: Britain's suppression of the Arab Revolt in Palestine, 1936-39. **Journal of Palestine Studies**, v. 39, n. 2, p. 6-22, 2010.

_____. Palestine and Palestinians. Review of PAPPÉ, Ilan. The rise and fall of a Palestinian dynasty: the Husaynis, 1700-1948. **The Middle East Journal**, v. 65, n. 3, p. 511-512, 2011.

KAYYALI, A. W. **Palestine: a modern History**. London: Third World Centre for Research and Publishing, 1978. Disponível em: <<http://archive.org/details/PalestineAModernHistory>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

KHOURY, P. Continuity and change in Syrian political life: the nineteenth and twentieth centuries. **The American Historical Review**, v. 96, n. 5, p. 1374-1395, 1991.

KIMMERLING, B.; MIGDAL, J. **The Palestinian People: a History**. Cambridge/London: Harvard University Press, 2003.

KHALAF, I. **Politics in Palestine: Arab factionalism and social disintegration (1939-1948)**. New York: State University of New York Press, 1991.

KHALIDI, R. **Iron cage: the story of the Palestinian struggle for statehood**. Oxford: One World Publications, 2009.

KRÄMER, G. **A History of Palestine: from the Ottoman conquest to the founding of the State of Israel**. Princeton: Princeton University Press, 2008.

KUPFERSCHMIDT, U. M. **The Supreme Muslim Council: Islam under the British Mandate for Palestine**. Leiden, New York: E. J. Brill, 1987.

LAQUEUR, W. **A History of Zionism**. New York: Holt, Reinhart and Winston, Inc., 1972.

LEEMING, M. Night Journey (Arabic: al-isra wal-miraj). In: CAMPO, J. E. (Ed.). **Encyclopedia of Islam**. New York: Facts on File, 2009. p. 528-529.

LESCH, A. M. The Palestine Arab nationalist movement under the Mandate. In: QUANDT, W. B.; JABBER, F.; LESCH, A. M. (Ed.). **The politics of Palestinian nationalism**. Los Angeles: University of California Press, 1973. p. 6-42.

MANSFIELD, P. **A history of the Middle East**. 4. ed. New York: Penguin Books, 2003.

MATTAR, P. The Mufti of Jerusalem and the politics of Palestine. **Middle East Journal**, v. 42, n. 2, p. 227-240, 1988.

MATTHEWS, W. C. **Confronting an Empire, constructing a nation: Arab nationalists and popular politics in Mandate Palestine**. London, New York: I. B. Tauris, 2006.

PAPPÉ, I. **A History of Modern Palestine: One Land, Two Peoples**. New York: Cambridge University Press, 2004.

_____. **The Rise and Fall of a Palestinian Dynasty: The Husaynis, 1700-1948**. Berkeley: University of California Press, 2010.

PENKOWER, M. N. **Palestine in turmoil: the struggle for sovereignty, 1933-1939**. New York: Touro College Press, 2014.

PORATH, Y. **The emergence of the Palestinian Arab national movement, 1918-1929**. London: Frank Cass, 1974.

ROBINSON, R. Non-European foundations of European imperialism: sketch for a theory of collaboration. In: LOUIS, W. R. (Ed.). **Imperialism: the Robinson and Gallagher controversies**. New York: New Viewpoints, 1976. p. 117-142.

RUBIN, B. **The Arab States and the Palestine conflict.** Syracuse: Syracuse University Press, 1981.

SEGEV, T. **One Palestine, complete:** Jews and Arabs under the British Mandate. New York: Owl Books, 2001.

TARROW, S. **Power in movement:** social movements and contentious politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

TILLY, C. **The politics of collective violence.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003.